

Comunicação, novos media e direitos humanos:

O reconhecimento na era da globalização digital

[Communication, new media and human rights: recognition in the digital globalization age]

REVISTA
com política

revista compolítica

2017, vol. 7(2)

compolitica.org/revista

ISSN: 2236-4781

DOI: 10.21878/compolitica.2017.7.2.250

 Open Access Journal

Heitor Costa da Lima da Rocha

Universidade Federal de Pernambuco
[Pernambuco Federal University]

João Carlos Ferreira Correia

Universidade da Beira Interior
[University of Beira Interior]

Resumo

Este trabalho procede a uma discussão teórica sobre articulações entre a Comunicação, as novas tecnologias e novos media e os direitos humanos, invocando a dimensão central da primeira na constituição das identidades e na construção social da realidade. Na perspectiva adotada, a comunicação como um processo relacional de criação e partilha de significados; o lugar dos novos media como dispositivos tecnológicos que podem ser enquadrados em redes sociais mais vastas ou, ao invés, considerados como meramente instrumentais e, ainda, a afirmação dos direitos humanos enquanto resultado de um reconhecimento intersubjetivo são três dimensões a considerar como corolário de um processo político-discursivo que emerge no interior de esferas públicas plurais e que mantém estreita vinculação conceitual entre si. Nesse sentido, critica-se a dimensão hegemônica na reflexão sobre a internet e as redes sociais que frequentemente reconfigurou estas como centradas num cidadão inovador e criativo liberto de constrangimentos sociais, omitindo as ambivalências inerentes aos processos comunicativos.

Palavras-chave: Novos Meios, Reconhecimento, Direitos Humanos, Refugiados.

Abstract

This paper proceeds to a theoretical discussion on the articulations between communication, new technologies, new media and human rights. It uses the dimension of Human Rights as central in the constitution of identities and in the social construction of reality. In this perspective, one highlights three dimensions as a corollary of a political-discursive process that emerges within plural public spheres, maintaining close conceptual connection among each other: communication as a relational process of creation and sharing of meanings; the place of the new media devices that can be framed in larger social networks or, instead, considered as merely instrumental and, finally, the affirmation of human rights as a result of an intersubjective recognition.

In this sense, the hegemonic dimension in the reflection on the internet and social networks is frequently criticized, because it reconfigures the technological media as centered on an innovative and creative citizen freed from social constraints and, consequently, omits the ambivalences inherent in communicative processes.

Keywords: New media, recognition, human rights, refugees.

Comunicação, novos media e direitos humanos: O reconhecimento na era da globalização digital

Heitor da Lima ROCHA
João Carlos Ferreira CORREIA

A comunicação como um processo relacional de criação e partilha de significados, o lugar dos novos *media* como dispositivos tecnológicos que podem ser enquadrados em redes sociais mais vastas ou ao invés considerados como meramente instrumentais e os direitos humanos enquanto resultado de um processo discursivo que implica a luta pelo reconhecimento no interior de esferas públicas plurais, constituem três temas que não podem ser compreendidos adequadamente de forma isolada, sem levar em conta a estreita vinculação conceitual que mantêm entre si.

As três áreas enfrentam correntemente uma abordagem positivista característica da racionalidade instrumental que se tornou hegemônica na ciência e, mais recentemente, ressurgiu nas teorias da comunicação, a qual impede a percepção da realidade social como construção humana, cuja coesão é tecida através dos sentidos compartilhados intersubjetivamente acerca do que se que se considera verdadeiro e justo.

Essa articulação triádica assume certas concepções normativas próprias da modernidade acerca do conhecimento, do *self* e da ideia de vida boa que são centrais na modernidade ocidental, funcionando como expressão dessas condições. Entre essas concepções contam-se:

- I. o ponto de vista segundo o qual não há nenhum padrão autorizado independente do contexto histórico e cultural que pode julgar pretensões de validade epistêmicas, particularmente nos campos, da lei, da política e da moralidade;
- II. a perspectiva de que a troca autônoma de razões é uma parte valiosa da ação humana;

- III. a visão de que a publicidade é importante, especialmente nos campos da lei e da política;
- IV. a ideia de que todos, em princípio, merecem igual respeito enquanto agentes gerais autônomos com pontos de vista distintos (cf. Cooke, 2008).

A comunicação, ao ser apresentada na sua dimensão estrita e exclusivamente performativa e tecnicista, é reduzida a um instrumento de poder de reprodução dos interesses estabelecidos. Esta visão da comunicação oculta a sua dimensão fundamental de capacidade humana distintiva do ser humano (Mead, 1969) que, através do *medium* da linguagem, se apresenta como ser de cultura e apresenta pretensões de validade e de reconhecimento capazes de transformar o mundo social e físico.

O pensamento crítico (por exemplo, Habermas, 2012) fundou-se na necessidade cotidiana de enfatizar a reprodução simbólica do mundo da vida, associada à natureza reflexiva da modernidade e ao reconhecimento contraditório de pretensões de validade argumentativamente fundadas que conferem à realidade social um carácter dinâmico, em permanente transformação.

As perspectivas conservadoras e elitistas, através de desenvolvimentos teóricos perspectivados em torno do funcionalismo sistêmico e dos pontos de vista associados aos conceitos elitistas de democracia e à governamentalidade neoliberal, dissimulam ou mistificam a dimensão simbólica dos processos associados à dominação e violência e a à resistência e ao conflito.

Ao ignorarem a diferenciação e complexidade da racionalidade da ação social do ser humano, substituindo-a pelo fascínio acrítico pela tecnocracia, estas perspectivas induzem uma imagem da comunicação esvaziada da sua dimensão relacional e dialógica, reduzida à sua dimensão tecnocrática e performativa, centrada na exaltação da sua própria eficácia, favorecendo um pseudoespaço público em que a participação é reduzida a uma variável estatística traduzida num esforço dito colaborativo.

As teorias elitistas da democracia enfatizam o ato de votar (e a implícita escolha individual) como a instituição central da democracia, dando realce ao carácter privado e instrumental

da política. O conceito de opinião pública ganha um perfil instrumental associado às preferências individuais, encontrando regular e periodicamente a sua expressão nas urnas, para premiar e castigar a governação. A participação limita-se a um procedimento eleitoral para formar o governo (Schumpeter, 1984).

Criticando esse ponto de vista, John Dryzek (2000) argumenta que o espalhar da racionalidade instrumental conduz à burocratização e concentração do poder nas mãos de elites tecnicamente competentes que tratam a política como um assunto que não diz respeito aos cidadãos, impedindo uma concepção dos sujeitos sociais como livres e iguais e capazes de uma cidadania ativa. Por isso, a ênfase é colocada no pressuposto de que a democracia necessita de cidadãos cuja influência no processo de tomada de decisão não se restringe às eleições, mas se estende à participação racional no debate público sobre as questões de interesse coletivo. A “deliberação, por definição, especifica que os indivíduos comuniquem, relativamente às decisões coletivas, em termos que possibilitem uma aceitação reflexiva por parte dos que ficam sujeitos à decisão” (Dryzek, 2000, p. 11).

Os recentes desenvolvimentos políticos e econômicos verificados na globalização fazem lembrar (uma vez mais) os alertas efetuados pela teoria crítica contra uma “idolatria positivista da objetividade” traduzida na redução do mundo a um juízo analítico que serve de fundamento a uma performatividade técnica. Assim, conduzem à naturalização da alienação social e reduzem o cidadão ao empreendedor. Favorecem uma abordagem unidimensional aos direitos humanos e à forma como estes se refletem na representação das identidades.

Apesar das barreiras que impedem a discussão dos temas, problemas, questões e reivindicações dos indivíduos, especialmente da periferia da estrutura de poder, levantadas de novo pelo neoliberalismo, reconhecem-se avanços sociais no campo específico dos direitos humanos e ao nível da sua articulação com a comunicação. Essa articulação, frequentemente atravessada por constrangimentos mútuos, também se considera de um modo outro, quando se reconhecem as relações recíprocas de tensão que frequentemente se expressam entre instâncias sociais, políticas e comunicacionais diversificadas.

Nesse contexto, se não se pode escamotear a utilização da comunicação midiática para impor a dominação de classes, etnias e/ou grupos sobre o conjunto da sociedade, também não se pode deixar de reconhecer que os avanços sociais no campo específico dos direitos humanos só acontecem quando precedidos pela queda das barreiras que impedem a discussão dos temas, problemas, questões e reivindicações dos indivíduos, especialmente da periferia da estrutura de poder.

Um exemplo é o caso dos protestos articulados pelas redes sociais nas ruas do Brasil desde 2013 e que, ao longo de crises sucessivas, têm conseguido fazer a grande mídia reenquadrar a sua abordagem e obrigar a rejeição de matérias legislativas tidas como de aprovação garantida no Congresso Nacional, como sucedeu no PEC 37, em 2013, que pretendia proibir o Ministério Público de desenvolver investigação. Em Portugal, esta dualidade fez-se sentir nos diferentes processos que chamaram a atenção para uma política austeritária, centrada no constrangimento sobre os direitos sociais ou em páginas que valorizam os direitos à representação e não-estereotipificação de identidades, nomeadamente de cidadãos refugiados.

Ressalta daqui a ambiguidade das tecnologias da informação e da comunicação, como instrumento de reprodução da estrutura de poder ou como fator de emancipação de violências simbólicas. Esta ambiguidade dicotômica já era vislumbrada por John Dewey (2004) há já quase um século atrás, com o advento do rádio e do cinema.

Hoje dispomos, como nunca tivemos antes, das ferramentas físicas da comunicação. Mas os pensamentos e as aspirações congruentes com elas não se comunicam e, portanto, não são comuns. Sem essa comunicação, o público seguirá ensombrecido e informe, perdido numa busca espasmódica de si mesmo, mas abarcando e sustentando sua sombra em vez de sua substância. Enquanto a Grande Sociedade não se converta num Grande Comunidade, o público seguirá eclipsado. Só a comunicação pode criar uma grande comunidade. Nossa Babel não é de línguas, senão de signos e símbolos sem os quais é impossível a experiência compartilhada (Dewey, 2004, p. 134, tradução livre dos autores).

Para Dewey, portanto, faz-se necessário que os movimentos contrafactuais/contrahegemônicos que se mobilizam pela mudança social ocupem espaço no conjunto dos dispositivos comunicativos para ajustá-los à satisfação de suas necessidades e não

permanecer como mero instrumentos de uma estrutura de poder legitimada de modo meramente processual e não argumentativa.

(...) quando a era mecânica tenha aperfeiçoado sua maquinaria, esta será um meio de vida e não seu amo despótico. A democracia alcançará seu pleno sentido, pois democracia é uma palavra que denota uma vida de comunicação livre e enriquecedora (Dewey, 2014, p. 156, tradução livre dos autores).

A Centralidade da atividade comunicativa

A centralidade da comunicação tem uma dimensão política. Segundo os pontos de vista da teoria crítica influenciada pela dialogismo, a produção de significados não é determinada pela intenção subjetiva de um locutor, dependendo, antes, de uma intercompreensão perseguida entre locutores competentes. O acordo sobre o que se fala não depende fundamentalmente das propriedades formais das frases nem das suas regras de utilização, mas antes, de uma prática interativa (cf. Fèrry, 2000).

Para articular a linguagem e práticas mediáticas com os novos desafios colocados pelos direitos humanos nas sociedades complexas, a sociedade civil não pode ser encarada apenas sob o ponto de vista do associativismo voluntário, das eleições e direitos legais mas também como um domínio privilegiado de comunicação simbólica.

Se a questão fundamental das sociedades pluralistas é o modo como equacionar os mecanismos de integração social com a participação democrática de cidadãos e agentes sociais dotados de gostos, interesses, culturais e valores plurais, os *media*, em geral, desempenham um papel fundamental na estruturação do ordenamento jurídico-político.

O respeito pelo contexto de intercompreensão baseado no reconhecimento recíproco entre interlocutores e a atenção às dinâmicas sociais conduzem a um humanismo pós-metafísico susceptível de ser identificado na teoria crítica: compreendendo-nos melhor, portanto comunicamos melhor e, portanto, conhecemo-nos melhor uns aos outros, sem tal implicar a necessidade de uma metafísica da transparência. Esta tessitura está presente na sociedade através de um senso comum que se torna opinião pública através de um processo reflexivo.

Tratar o direito à fala como um valor significa discriminar os modos que assentam no respeito pelos múltiplos regimes de voz que se entrecruzam em sociedade e por isso opor-se a tratá-la como meio, instrumento ou palavra de ordem, isto é, uma mera reificação da linguagem. Ao invés, uma dimensão elitista que se impôs no discurso neoliberal emergiu, impondo uma visão da vida social que desvaloriza a multiplicidade de vozes através de uma visão redutora da política entendida enquanto mero regime de seleção de elites com vista à gestão eficaz do mercado. A economia comunicativa que acompanha o neoliberalismo revela uma tentativa de negação do esforço hermenêutico e da práxis argumentativa. A negação da existência de alternativas tem a ver com a negação do dialogismo intersubjetivo que implica o sentimento de “público”.

Nas perspectivas elitistas, frequentemente associadas ao conjunto de pontos de vista sobre a governamentalidade que acompanham o neoliberalismo, parece desistir-se de todas as narrativas que colocam o diálogo e o reconhecimento no centro da sociabilidade e do agendamento reflexivo.

Parece-nos altamente relevante o modo como as Tecnologias da Informação e da Comunicação frequentemente acompanham esta desvinculação da tradição democrática e liberal. O neoliberalismo retoma o *homo economicus* como empresário de si próprio (Foucault, 2008). Põe o seu acento tônico no desenvolvimento tecnológico que Schumpeter chamaria de inovação. O novo e a inovação são completamente consubstanciais ao espírito do capitalismo (Foucault, 2008).

Em muito da reflexão social hegemônica sobre a Internet e as redes sociais digitais, construiu-se, concomitantemente, uma narrativa que continha como fulcro o tema da emancipação pessoal dos constrangimentos sociais. A ideologia dominante nos *net studies* no período que precedeu o *crash* das “dot.com” foi um misto de cibernética social, darwinismo digital, teoria econômica neoliberal e libertarismo contracultural em larga medida popularizada por revistas como a *Wired* e *Fast Company*, principais armas de intervenção ideológica (Lovink, 2009). A crítica dos anos 60 ao Estado, protagonizada por uma parte da então chamada nova esquerda, articulou-se de forma imperfeita e contraditória, mas eficaz, com a agenda libertária de uma parte dos novos movimentos de direita.

A associação das concepções ciberlibertárias no plano da política e da negação dos constrangimentos sociais surge associada à revolução neoliberal e, conseqüentemente, às formas de globalização financeira que lhe estão associadas. Esta associação produziu uma simbiose entre a criatividade individual, no plano econômico, normalmente entendida num sentido mercantil, enquanto inovação, e o *desembodied self* no plano cultural.

A Natureza relacional dos Direitos Fundamentais

Na descrição da evolução histórica das sociedades desde a comunidade à associação, a cidadania foi analisada sob um ponto de vista que enfatiza o universalismo das democracias ocidentais.

A abordagem liberal dos direitos humanos serviu essencialmente uma concepção de direito desligado da moral, exclusivamente apoiada numa razão processual. Conseqüentemente, o formalismo de direito foi assegurado por três aspectos: a) a sistematização das normas numa ordem compreensível e controlável; b) a natureza geral e abstrata da lei, imune ao contextualismo e dotada de uma estrutura uniforme; c) uma administração metódica, calculável e previsível das leis na sua aplicação (Habermas, 1999).

Os direitos civis foram necessários ao exercício da fruição individual. Porém, eram concebidos como limites mais ou menos intangíveis à intervenção dos poderes públicos na vida dos cidadãos em nome de uma soberania de grau elevado. Traduziam-se numa obrigação de *não fazer* (Queiroz, 2010). Neste sentido mais específico, a recente virada neoliberal pressupõe uma política de direito e de direitos que tende a agravar a crise da legitimidade do Estado, retomando a crença no *laissez-faire*. Centrados na proteção do indivíduo, os direitos desligam-se de qualquer fundamento discursivo. São, concomitantemente, reduzidos à aparente ausência de constrangimentos à criatividade e à inovação, entendidas, por sua vez, numa perspectiva unicamente mercadológica. Circunscrevem-se ao indivíduo, na sua dimensão de sujeito metafísico desenraizado do contexto, despido de atividade hermenêutica e, por isso, centrado numa performance puramente instrumental de acordo com a lógica de uma racionalidade que, mais uma vez,

abdica da discussão argumentativa dos fins para se reduzir à identificação dos meios mais adequados para a maximização dos interesses individuais.

No pós II Guerra Mundial, acreditava-se que o problema da igualdade e da diferença se resolvia exclusivamente pela expansão dos direitos econômicos e sociais. A universalidade dos direitos humanos incluía as especificidades existentes e favorecia a criação de uma nova cidadania baseada no alargamento do sistema educacional e das políticas de segurança social. O paradigma do Estado de bem-estar social democrata envolvia um pluralismo de interesses conflitantes que se visava conciliar através da negociação e do compromisso, gerando “um sentido de pertença à comunidade baseado na lealdade a uma civilização que é patrimônio comum” (Marshall, 1950, p. 40), e assegurando que todos os cidadãos têm capacidade para participar na vida da sua sociedade (Marshall, 1950).

Esta linha foi sendo questionada pela ideia-chave de reconhecimento, num conceito de reciprocidade global de expectativas entrelaçadas (Habermas, 1999) e que aborda os direitos humanos como padrões que podem ser objeto de acordo entre membros de culturas cujos valores políticos e morais podem ser distintos em diversos aspetos. Com maior ou menor ênfase, faz depender este acordo da simultânea existência de um debate em que estes padrões vão sendo reflexivamente analisados e estabelecidos, ou seja, da discussão pública realizada a partir da mídia noticiosa. Esta concepção de cidadania confrontou a dimensão harmonizadora e integradora com uma dimensão conflitual que resulta da emergência de novas identidades em luta pelo reconhecimento, ameaçadas por uma nova dimensão essencializadora das identidades. Os novos movimentos sociais conseguiram transformar as suas legítimas pretensões e expectativas em direitos, trazendo também o seu contributo a este debate, em campos como sejam a proteção do ambiente, da qualidade de vida, do direito de livre decisão nos casos de interrupção voluntária da gravidez, dos direitos fundamentais dos novos movimentos societários como os que se organizam em torno de gênero, ambiente e consumo entre outros (Queiroz, 2010).

Recentemente, importa recordar, a narrativa em torno dos direitos alterou-se graças à emergência de fenômenos como a crise econômica, a erosão do papel regulador dos Estados-Nação, a desregulamentação econômica verificada em largos setores, os novos fluxos migratórios, o reaparecer de tensões étnicas e sociais, a formação de novas

sociedades ou metrópoles multiétnicas. A globalização liberal foi desafiada não apenas pelo cosmopolitismo assente no reconhecimento intersubjetivo, mas, noutra frente, pelo ressurgimento do etnonacionalismo. A expressão acentua a proximidade entre, por um lado, etnias que são comunidades de linhagem pré-políticas, organizadas segundo relações de parentesco e, por outro lado, nações constituídas como Estados ou aspirando a formarem-se como tal. O núcleo comum das formas de comunidade tanto étnicas como nacionais é, em discursos que ressoam um pouco por todo o lado, a consciência de “nós” fundada num parentesco de sangue imaginário ou na identidade cultural de pessoas que compartilham a crença numa origem comum. Este conceito etnológico da nação apaga toda a referência específica à ordem jurídica positiva do Estado de Direito democrático. A democracia, para algumas narrativas que acompanham a globalização, só pode resultar da práxis comum, mas este espaço comum não é uma intersubjetividade de nível superior entre cidadãos que se reconhecem reciprocamente como livres e iguais. Coisifica essa mesma práxis comum através da homogeneidade dos membros de um povo.

Comunicação, Direitos e reconhecimento

Um elemento essencial que repercute na questão dos direitos num contexto de diversidade cultural e de leituras diversas da globalização diz respeito ao reconhecimento. A perspectiva dialógica exclui o sujeito solitário para insistir na dimensão normativa da afirmação da identidade no seio da comunidade política, comprometendo-se com a ideia de uma sociedade em que os processos de mudança social devem explicar-se por referência a pretensões estruturalmente depositadas na relação de reconhecimento recíproco. O outro constitui, entre as várias manifestações do mundo, a possibilidade mais incisiva de chegar a mim, ou seja, constitui-se como *medium* para comigo mesmo da mesma forma que eu o sou para ele próprio.

Recorrendo substancialmente à herança do Interacionismo Simbólico, esta perspectiva sublinha que o indivíduo não se entende a si próprio, a não ser tomando em conta as atitudes do outro em relação a si no interior de um contexto social onde eles estão mutuamente

envolvidos. A constituição do *self* (eu) pressupõe a percepção de si enquanto membro de uma equipe ou de uma comunidade, isto é, de outro significativo (Mead, 1969). O reconhecimento de outrem passa não apenas pela adequação recíproca de ações sociais, mas traz implícita a possibilidade do exercício crítico sobre as próprias práticas sociais. A afirmação da autonomia e da diferença implica uma escolha que para ser significativa só pode ser determinada num quadro amplo de debate coletivo. Esta perspectiva exclui o sujeito solitário para insistir na dimensão normativa da afirmação da identidade no seio da comunidade política, comprometendo-se com a ideia de uma sociedade em que os processos de mudança social devem explicar-se por referência a pretensões estruturalmente depositadas na relação de reconhecimento recíproco (Honneth, 1997).

Honneth postula, claramente, uma teoria crítica da sociedade que valoriza elementos contextualistas decorrentes da crítica formulada por Hegel a Kant. Designadamente, uma concepção de comunidade em que os cidadãos possam reconhecer uma expressão intersubjetiva da particularidade (Honneth, 1997). O sujeito aprende a generalizar as expectativas normativas em interações sociais concretas até desenvolver a capacidade abstrata de representar as normas sociais de ação, criando expectativas em relação às atitudes de outros e aprendendo as obrigações que tem de cumprir por justiça para com eles. A quebra desta reciprocidade torna-se um elemento de conflitualidade, só superável através do restabelecimento da não coerção na vida ética (Honneth, 1997). O conflito é, assim, recuperado como fonte de potencial reconhecimento dos excluídos, ganhando contornos éticos e normativos essenciais, distinguindo-se, muito claramente, do entendimento darwinista e utilitarista onde ganhou o significado de luta pela vida e forma de sobrevivência.

Novos Direitos e Novos Media: perspectivas de futuro

Apesar dos muitos paradoxos que envolvem o campo dos *media*, as tensões introduzidas pela busca de reconhecimento potenciaram as oportunidades entreabertas por novas formas comunicativas: a expansão de rádios e televisões comunitárias, os *do-it-yourself-media* as

experiências multimídia, a possibilidade de agendamento intermediático e o aparecimento das redes sociais, da web 2.0 e 3.0 facilitam estratégias que colocam o reconhecimento como centro do confronto democrático.

Os movimentos centrados na defesa de novos direitos recorreram à rede para tornar os temas das suas agendas parte da agenda pública, com resultados reais no agendamento de medidas relacionadas com as respetivas causas. As recentes crises associadas à emigração (os refugiados e migrantes do Médio Oriente na Europa e nos Estados Unidos) tais como as múltiplas discussões sobre o papel político da rede e das novas tecnologias em torno da valorização cívica contra a hegemonia liberal revelaram o ressurgimento do uso das TICs ao serviço da luta pelo reconhecimento.

Como é que as redes sociais e comunicações produzem impacto na própria configuração da ação pública? Quais são os modos de racionalidade presentes na sua expressividade? De que forma as trocas simbólicas expressam na sua materialidade a reconfiguração das estruturas do espaço público? Adianta-se como hipótese a existência de vários níveis de transformações: a) nos domínios linguístico e discursivo, passando pela introdução de novas formas de expressividade; b) ao nível da circulação do conhecimento, eventualmente objeto de transformações no modo da sua circulação, disseminação e recepção; c) na concepção de política em que se adivinha uma sobrevalorização da participação direta e do voluntariado em detrimento da representação política; d) no plano epistemológico, graças ao predomínio da dimensão relacional da festa - afetiva - sobre a dimensão racional, programática e estratégica; e) na expressão dos problemas quotidianos e na resposta às rupturas verificadas em comunidades em situações de crise ou ameaçadas, uma vez mais, o seu reconhecimento; f) na possibilidade (muitas vezes demagógicamente explorada, mas, tantas vezes, essencial) de trazer a história de vida e a prática quotidiana para o centro da vida agenda política; g) a importância do testemunho direto como forma de um espécie de terapia contra o cinismo e a apatia: o reconhecimento do outro como merecedor e destinatário da minha ação política e o reconhecimento de mim como agente de mudança.

As redes sociais (sejam digitais como o *Facebook* ou de copresença física como uma rede de vizinhança) são igualmente feitas de interações significativas. As redes sociais são quaisquer relações entre pessoas, mediadas ou não por sistemas informatizados. Tais

relações podem ser efetivadas por interações que visam mudanças na vida das pessoas, para o coletivo ou ainda para organizações, visto que tais interações podem ser estabelecidas em razão de interesses particulares, em defesa de outros ou em nome de organizações. Além dessas motivações, as redes podem ser estabelecidas em função de movimentos sociais com finalidades sociopolíticas (Tavares; Paula, 2015).

Com base em conceitos como "interações sociais", "mundo da vida" e "reconhecimento" identificam-se algumas tendências distintivas da construção significativa da realidade em grupos de *Facebook* que lidam com imigrantes e refugiados que chegam em Portugal.

O tratamento dos refugiados é um dos planos de análise em que é possível vislumbrar a ambivalência dos novos *media*. Os imigrantes e os refugiados que chegam em Portugal procuram referências em um ambiente social desconhecido. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) assumiram um caráter muito importante de articulação dos refugiados. O uso de telefones celulares ligados à internet é uma constante na experiência destes sujeitos, tanto para se comunicar com a família no país de origem, quanto para a comunicação com outros que anteriormente migraram – além de servir para organizar as atividades de caráter associativo geridas pelos migrantes. No caso Português, a análise de posts colocados ao longo do ano de 2016 na plataforma *Facebook* das organizações "Coragem Disponível" destacam-se exemplos significativos.

Desde logo, a necessidade de nova narrativa identitária não pode ser de tal forma estranha que dissolva as possibilidades de manutenção de mínimos de bem-estar psicológicos. As expressões "face a face" e "interação" são exemplos do quão importante a linguagem é para a sociedade, sendo considerado o mais importante sistema de sinais.

Nesse sentido, uma das reações frequentemente vislumbradas é a tentativa de estabelecimento de laços comuns, com quem já possui experiência do ambiente de acolhimento, expressas em várias dezenas de *posts* ao longo dos meses de 2016. Eis alguns exemplos:

Quadro 1 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes

Procuramos alguém com disponibilidade para ser "pen friend" de um refugiado afegão. A ideia é que possam comunicar diariamente por Skype, para praticar o uso da língua portuguesa. Voluntários podem responder através de comentário a este *post*.

Obrigada!

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

A ignorância acerca do acervo de conhecimentos socialmente disponíveis é um fator de dificuldades que urge ser transposto. Geralmente, os ativistas chamam a atenção para estes pormenores com o cuidado de adicionar a celebração das pequenas vitórias quotidianas que constituem a ultrapassagem destas dificuldades.

Quadro 2 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes

Alguém sabe onde se pode traduzir um documento do persa para português, com certificação?
Obrigada! <3

A. C. F.: já contactaram a embaixada?

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 3 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes

O Sef já foi contactado e não deram informação. Vamos tentar o CPR e a embaixada do Paquistão. Muito obrigada!

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 4 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes com H.A. e 3 outras pessoas.

O senhor H. Iraquiano.

A Coragem Disponível trouxe-o ao Porto para uma consulta de neurologia.

Ele não percebe português. Mas a língua da alma é universal. <3

Um agradecimento especial ao senhor H., da Essalam, por nos ter posto em contato.

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 5 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem disponível – Apoio a refugiados e imigrantes

Um dos nossos requerentes soube hoje que dá parte do Conselho Português para os Refugiados só tem direito a apoio se se mudar para Lisboa.

Vive no Porto, estuda português no Porto e está a tentar aqui reconstruir a sua vida desde que chegou.

Precisamos de ajuda URGENTE para conseguirmos ultrapassar esta fase.

Por favor, Contribuam. 1 euro é bom! Se todos puderem fazê-lo! E partilhem.

Obrigada! <3

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 6 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes

O nosso amigo afegão recebeu hoje resposta ao pedido de asilo. Foi aceite para avaliação!
É uma excelente notícia.

Que contrasta com a tristeza do estado em que estão as coisas no que concerne ao apoio a requerentes de asilo no nosso país.

O nosso amigo, que está no Porto desde que chegou, aqui vive, aprende português e tenta dar novo rumo à sua vida, só receberá ajuda do Conselho Português para os Refugiados, se se mudar para Lisboa.

Vergonha. Tanta vergonha que se sente...

Mas isto não vai ficar por aqui.

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

A transposição de objetos do quotidiano para as imagens bem como a simplificação da linguagem em detrimento de discussões complexas respondem a uma necessidade de trazer para dentro do mundo da vida do *in-group* os dilemas que ocupam os recém-chegados. Esta estratégia presente mesmo em contextos políticos mais sofisticados recorda-nos a dimensão quotidiana da ação coletiva.

Quadro 7 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes partilhou a foto de The Hunger Site.

Meias. O bem mais procurado e o menos doado.



Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 8 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes adicionou 4 fotos novas — com H.C.

Esta manhã distribuímos 50 pares de meias e 50 cuecas, pelos requerentes de asilo que estão em frente ao nosso hotel.

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 9 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes partilhou a sua publicação.

Quarto em Lisboa, até €200. Precisa-se.

Refugees Welcome Portugal

Procura-se quarto em Lisboa, até 200€ e com contas incluídas, preferencialmente em zona central ou pelo menos com boas acessibilidades, para amigo que chegou recentemente a Lisboa para trabalhar. 😊:)

Está neste momento a aprender português, mas o seu inglês é totalmente fluente. Adora cozinhar, e, apesar de tímido ao início, é uma boa companhia para longas conversas, caminhadas e prática de desportos, além disso não fuma e gosta de animais! Muito organizado.

Agradecemos o envio de mensagem privada caso saibam de algum quarto disponível. Muito obrigado!

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 10 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes·

PEDIDO DE AJUDA

Estimados amigos e seguidores do nosso trabalho,

Os pedidos de ajuda estão a ser cada vez mais.

Acabámos de tomar conhecimento de mais uma família cujo agregado familiar é composto por 4 pessoas (2 menores: 16 anos e 2 meses), com apenas um ordenado para fazer face a todas as despesas.

Têm uma renda em atraso (€230) e precisam de leite (aptamil - 6 latas por mês) e fraldas para o bebé (pesa 4kgs)....



Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 11 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes

Este frigorífico está a servir uma família de 3 pessoas: mãe e 2 menores.

São refugiados ucranianos a viver em Leiria.

Precisamos de ajuda para lhes comprar um novo.

Vamos ajudar?

(...) Por motivos de manter a privacidade das pessoas que nos procuram não divulgaremos imagens das mesmas.

Todas as ajudas dadas serão aqui publicadas.

No caso desta família, há também necessidade de mobílias (3 camas e um roupeiro).

A quem tenha disponibilidade para doar este tipo de bens, é favor enviar mensagem privada, por favor.

Muito obrigada! <3



Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

A inclusão dos próprios refugiados na realidade das atividades de voluntariado e de associativismo reveste-se não apenas de uma utilidade organizativa e de reconhecimento do terreno. Tem implícito um enquadramento motivacional que convida os próprios afetados a tornarem-se testemunhas e protagonistas.

Quadro 12 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes partilhou a publicação de E.H.

Ontem à noite, os nossos queridos N. e E. estiveram com mais amigos a distribuir roupas pelos sem abrigo, em Lisboa. ❤️ <3



Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Finalmente, o trabalho motivacional transforma o conhecimento do senso comum em opinião pública, transpondo os dramas da sobrevivência quotidiana para esferas públicas que exigem intervenções analíticas mais complexas.

Quadro 13 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes adicionou 16 fotos novas — com F.F.B. e 4 outras pessoas.

Ontem, estivemos perante uma plateia de cerca de 300 alunos, na Escola Secundária de Felgueiras.

Porque é tão importante levar informação sobre a crise de refugiados aos jovens.

Para mais informações sobre a nossa iniciativa junto das escolas:

p@gmail.com.

<3



Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Quadro 14 – Publicação da Página Coragem Disponível

Coragem Disponível – Apoio a refugiados e imigrantes

A nossa marcha, n'A Bola. <3

ABOLA.PT - Oito cidades portuguesas marcham pelos direitos dos refugiados

Portugal aderiu à marcha europeia pelos direitos dos refugiados, numa manifestação que acontece este sábado, a partir das 15 horas, em oito cidades...

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

Do mesmo modo, as transformações verificadas permitiram o aparecimento nas redes sociais de movimentos de interesses específicos mais diretamente relacionados com agendas políticas que interferem na agenda institucional (sistema político e económico), que procuram obter mais força política, maior poder de negociação, mais impacto e visibilidade, através de oportunidades para o uso de léxicos e recursos simbólicos com configurações diversas marcadas pela atenção à linguagem icónica, aos elementos multimidiáticos e ao uso da ironia (Correia, 2004). Obviamente os métodos que estas franjas utilizam para combater austeridade trazem as marcas do seu capital cultural e intelectual, marcado de forma indelével pelos *media* e pela cultura digital. São o produto de uma mudança social em que o “trabalho está a ser transformada sobre a hegemonia do trabalho imaterial, isto é trabalho que produz produtos imateriais, como sejam informação, ideias, imagens, está relações e afectos.” (Hardt e Negri, 2004, p. 65).

Nesse cenário de incerteza, dezenas de milhares de jovens por toda a Europa juntam-se em movimentos que refletiram na sua gênese o decréscimo da mobilidade social, atingindo uma geração de classe média que se distingue pelo uso de particulares competências e gostos.

Esta geração experimentou taxas exponenciais de conectividade ao mesmo tempo que se confrontava com uma considerável perda de enraizamento ao nível político e económico, confrontando-se com o desmantelamento de redes de segurança tradicionais, elevadas taxas

de desemprego e precaridade e taxas crescentes de desigualdade no acesso aos recursos que proporcionam mobilidade.

No caso das revoluções em que intervêm as gerações educadas no âmbito das tecnologias digitais ou mesmo nativos digitais pode-se ter exagerado na importância das redes. Porém estas não podem ser ignoradas nem desprezadas enquanto fenômeno tecnológico que há muito vinha criando condições objetivas para a sua utilização política. Na verdade, os jogos de vídeo, a televisão por cabo e por satélite e a internet faziam já parte de um processo global e eram responsáveis por um forte impulso econômico. Esse impulso econômico tinha regenerado um novo protagonismo ao fenômeno da comunicação, gerando empregos, formações universitárias e transferência de competências.

Não é possível deixar de reconhecer que, à medida que os mais jovens absorveram as tecnologias nas suas vidas, começando desde muito cedo nas suas práticas lúdicas nos jogos de computadores e de vídeo, essas tecnologias criaram a percepção de uma ruptura na autoridade tradicional da família e do estado. De facto, independentemente de nos interrogarmos sobre as verdadeiras consequências políticas, não é possível ignorar que uma geração inteira já cresceu acostumada a um elevado nível de interatividade e de participação. Resta saber é se tal se traduz em consequências politicamente significativas (Herrera, 2015).

Valoriza-se a atenção a grupos com novos potenciais de intervenção e de relação com a realidade (curadores, artistas, ativistas digitais, programadores, especialistas em *design* e comunicação), os quais facilitam a libertação de gramáticas e de léxicos diferenciados, marcados pelo hedonismo, pela ironia, pela paródia e pela caricatura, pelo intertextualismo e dialogismo, pela iconografia e pela iconoclastia e, por isso, não tão centrados na racionalidade cognitiva e instrumental expressa por um programa, um conjunto de objetivos claros e a clareza de métodos para os atingir. Neste sentido, refere-se uma realidade multifacetada, contraditória e dotada de capacidade de inovação criativa: o “espaço público híbrido” (Castells, 2012).

As possibilidades de transformação cívica das novas tecnologias de produção e comunicação manifestam-se através de um tipo de testemunho que se refere ao relato da

história pessoal (precariedade, desemprego) ou outra que justifica a participação e se traduz no envio de fotos, vídeos e mensagens de telemóvel que acentuam a grandeza da manifestação ou o orgulho em estar presente.

Quadro 15 – Publicação da Página Coragem Disponível

Parabéns. Afinal estamos vivos! Estamos de parabéns!!!! Isto é apenas o início... Foi mítico....
Parabéns a todos os que tiveram coragem de ir para rua!!! Que coisa descomunal! ·

Fonte: Elaboração própria, a partir de conteúdo publicado no Facebook

O testemunho coincide com a edição de emoções, fotos, vídeos todo o tipo de elementos audiovisuais que evidenciam uma espécie de “Eu estou!” coletivo e transforma a experiência pessoal do autor da mensagem numa forma de adesão: “sou precário desde que deixei a Universidade há 15 anos”.

Conclusões

Da discussão teórica e dos exemplos recolhidos conclui-se:

1. As Ciências da Comunicação devem reconhecer o potencial comunicativo do mundo da vida como um dado empírico que configura os processos comunicativos sociais.
2. O reconhecimento do potencial comunicativo do mundo da vida justifica uma orientação normativa em que a ordem jurídica plasma o reconhecimento como uma dimensão constitutiva das sociedades pluralistas.

3. O reconhecimento do mesmo potencial comunicativo impede uma visão unilateral e instrumentalista das Tecnologias da Informação e da Comunicação.
4. As redes sociais não se reduzem a instrumentos manuseados por um sujeito empreendedor. Antes se inserem em redes sociais mais vastas nas quais as tensões contraditórias entre o potencial democrático e os mecanismos de dominação sistêmica permanecem presentes.

Notas

¹Todos os nomes e e-mails contidos nas postagens que ilustram esse artigo foram ocultados.

Referências

COOKE, Maeve. «Cinco argumentos a favor da democracia deliberativa». In: Ângela Marques (org.) **A deliberação política: suas dimensões sociais, políticas e comunicacionais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

CORREIA, João Carlos, Netavismo e indignação na esfera pública. In **Revista Mídia e Cotidiano** Número 9. Agosto 2016 Aprovado em: 29/07/2016

CORREIA, João Carlos F. **Comunicação e Cidadania: a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas**. Lisboa: Horizonte, 2004.

DEWEY, J. **La opinion pública y sus problemas**. Madrid: Ediones Morata, 2004.

DRYZECK, John S. **Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FÈRRY, Jean Marc. **Filosofia da Comunicação**. Lisboa: Fenda, 2000.

FOUCAULT, Michel, **O Nascimento da Biopolítica, Curso dado no Collège de France** São Paulo, Martins Fontes, 2008.

Grohmann, R.N. Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação Ano 3 - Edição 1 – Setembro-Novembro de 2009.

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, volume II, 1997.

_____ **Direito e Moral**, Lisboa, Piaget, 1999

_____ **Teoria do agir comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista**. São Paulo: Martins Fontes, 2012, v. 2.

- HERRERA, Linda, (2015) “Revolution in the Age of Social Media. The Egyptian Popular Insurrection and the Internet”. London, Verso.
- HONNETH, Axel. **La lucha por el reconocimiento**. Barcelona: Crítica, 1997.
- LIMA, Nataly Queiroz de; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Direitos em bytes: estratégias de comunicação mediadas por tecnologias para a mobilização em prol de direitos humanos. In: GÓMEZ Y MÉNDEZ, J. M.; MUROS, S. MÉNDEZ; ESTÉVES, N. G.; BARROSO, M. J. C. (ORGS). **Derechos Humanos Emergentes y Periodismo**. Versão digital, 30 ed. Sevilla: Equipo de Investigación de Análisis y Técnica de la Información de la Universidad de Sevilla, 2015, v.1, p. 636-655.
- LOVINK, Geert, **Dynamics of critical Internet culture (1994-2001)**. Amsterdam: Institute of Network Cultures, 2009.
- MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. As intersecções entre o processo comunicativo e a deliberação pública in Ângela Marques (org.) **A deliberação política: suas dimensões sociais, políticas e comunicacionais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- MARSHALL, T. **Citizenship and social class**. Cambridge: University Press, 1950.
- MEAD, George Herbert. **Mind, Self and society**. Chicago: The Chicago University Press, 1919
- QUEIROZ, Cristina. **Direitos fundamentais: teoria geral**. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**, Rio: Zahar, 1984
- SOEIRO, José. **Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika. Portugal no novo ciclo internacional de protesto**. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXVIII, 2014, pág. 55 – 79.
- TAVARES, Wellington Tavares; PAULA, Ana Paula Paes de, **Movimentos Sociais em Redes Sociais Virtuais: Possibilidades de Organização de Ações Coletivas no Ciberespaço**, in in Revista Interdisciplinar de Gestão Social jan./mar. 2015 v.4n.1
- TURNER, Brian. Contemporary problems in the theory of citizenship. In: TURNER, Brian (Ed.). **Citizenship and social theory**. London/New Delhi: Sage Publications, 1993.

Os autores

Heitor Costa Lima da Rocha é professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com Estágio Sênior Pós-Doutoral (CAPES) na Universidade da Beira Interior Covilhã/Portugal (2015). heitor@nlink.com.br

João Carlos Ferreira Correia é professor com Agregação do Departamento de Comunicação e Diretor do Laboratório de Comunicação (LABCOM) da Universidade da Beira Interior (UBI)/Covilhã/Portugal. jcfcorreia@gmail.com